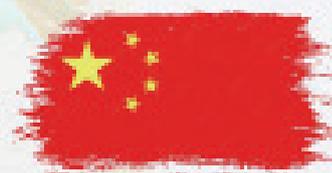


OUTUBRO 2023 - EDIÇÃO 08

InvestIPAM

BOLETIM ECONÔMICO MENSAL



acesse o site do IPAM

SÃO LUÍS | IPAM



Palavra da Presidente

“ Mais uma edição do InvestIPAM chegou!

Nosso informativo, que tem como missão trazer informações valiosas e atualizadas sobre o cenário financeiro nacional e global, nesta edição, discute detalhadamente a respeito das taxas básicas de juros no Brasil e no exterior, um tópico crucial para entender as dinâmicas econômicas e seu impacto em nossa carteira de investimentos. Além disso, mergulhamos no mundo do Tesouro Direto, trazendo informações fundamentais para aqueles que desejam explorar essa opção de investimento de forma mais aprofundada e clara. Desejo uma boa leitura.

Manuella Oliveira Fernandes
Presidente IPAM



Sobre o Conselho de Administração

Um dos maiores compromissos na gestão dos RPPSs é a institucionalização das regras de melhores práticas de governança, preceito estabelecido pelo Manual do Pró-Gestão RPPS, sendo de fundamental importância a participação dos conselhos nesse processo.

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação responsável pelo direcionamento estratégico do Instituto, ao qual cabe fixar os objetivos e as políticas **administrativas, financeiras e previdenciárias** do IPAM, estabelecendo diretrizes e normas de organização, operação e administração. É composto de sete membros titulares e seus suplentes, tendo neste corpo representantes do IPAM, das Secretarias Municipais de Administração, Fazenda e Governo, do Legislativo e dos servidores ativos e inativos, que se reúnem ordinariamente uma vez por mês.

Ao Conselho de Administração compete deliberar sobre orçamentos, planos de custeio e seguridade, admissões e aquisições, estrutura organizacional e de pessoal, planos, programas, diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração. Além de aprovar a Política Anual de Investimentos do RPPS e de monitorar os trabalhos da Diretoria, atuando como elo entre esta e os segurados. A atuação efetiva do Conselho Deliberativo garante a máxima transparência, segurança e possibilidades verdadeiras de melhorias na gestão pública.

Manuella Fernandes
Presidente do IPAM



Destaques do mês

Confira os principais assuntos que movimentaram o mês de Setembro, no mercado financeiro global e nacional:

O Banco Central Europeu elevou suas taxas básicas de juros para os níveis mais altos desde o lançamento do euro;

Diante de expectativas positivas de médio prazo, o Banco da Inglaterra mantém sua taxa básica de juros em 5,25% ao ano;

Mesmo com o crescimento econômico abaixo do planejado e com ameaça deflacionária, o Banco Popular da China decidiu pela manutenção dos níveis atuais de suas taxas de juros;

Federal Reserve¹ mantém taxa de juros, porém, aponta para política monetária mais restritiva em 2024 do que o esperado;

O BCB² decide pelo segundo corte consecutivo de 0,5 pontos percentuais na taxa SELIC³, que agora é de 12,75% ao ano.

Números do mês IPAM

- ▶ Incremento no PL⁴ no mês: **1,15%**
- ▶ Rentabilidade da carteira no mês: **0,37%**
- ▶ Rentabilidade acumulada no ano: **9,58%**

¹Sistema de Reserva Federal;

²Banco Central Brasileiro;

³Taxa de juros média praticada nas operações compromissadas com títulos públicos federais com prazo de um dia útil;

⁴Patrimônio Líquido.

Você Sabia?

TESOURO DIRETO

A taxa SELIC é o valor que o governo federal paga em seus títulos de dívida, por essa razão, ela é considerada a taxa básica de juros da economia brasileira. O seu nível é determinado nas negociações de compra e venda de títulos públicos federais no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC – daí o seu nome), que é uma estrutura do mercado financeiro brasileiro administrada pelo Banco Central do Brasil.

O corte na taxa SELIC anunciado pelo BCB, entre outras coisas, significa que o governo pagará menos na emissão de seus títulos de dívida. Por outro lado, o investidor terá um retorno menor ao aplicar seus recursos em títulos da dívida pública federal.

Agora que você já sabe o que é a taxa SELIC e que ela representa o retorno das aplicações em títulos públicos, você sabia que pode comprar de forma direta títulos da dívida do governo federal?

Em 2002, foi lançado o Tesouro Direto, um programa criado através de uma parceria entre o Tesouro Nacional (órgão responsável pela administração das contas da União e o gerenciamento de sua dívida) e a B3 (bolsa de valores brasileira), que permite que pessoas físicas comprem títulos públicos através da internet. Em outras palavras, é um programa que possibilita pessoas físicas a financiarem o governo federal sem a necessidade de intermediação por qualquer instituição financeira.

Caso uma pessoa deseje aplicar seus recursos em títulos públicos via Tesouro Direto, basta acessar o site www.tesourodireto.com.br, fazer o cadastro e escolher o título que deseja adquirir.

Atualmente, o Tesouro Nacional oferece 5 tipos de títulos com diferentes prazos de vencimento (**resumidos na Tabela 1**). O investidor pode escolher o título e o prazo que seja mais adequado ao seu perfil e objetivos. Vale lembrar que os aportes podem ser feitos a partir de aproximadamente **R\$ 30,00 reais** e os papéis têm liquidez diária e podem ser resgatados a qualquer momento.

Tabela 1 – Tipos de Títulos oferecidos pelo Tesouro Nacional

TÍTULO	VENCIMENTO	INVESTIMENTO MÍNIMO
PREFIXADO	2026, 2029 e 2033	R\$ 31,84
SELIC	2026 e 2029	R\$ 138,36
IPCA+	2029 a 2055	R\$ 30,56
RENDA+	2030 a 2065	R\$ 31,38
EDUCA+	2026 a 2041	R\$ 30,41

Títulos e vencimentos ofertados pelo Tesouro Nacional no dia 16/10/2023.

Cenário Econômico

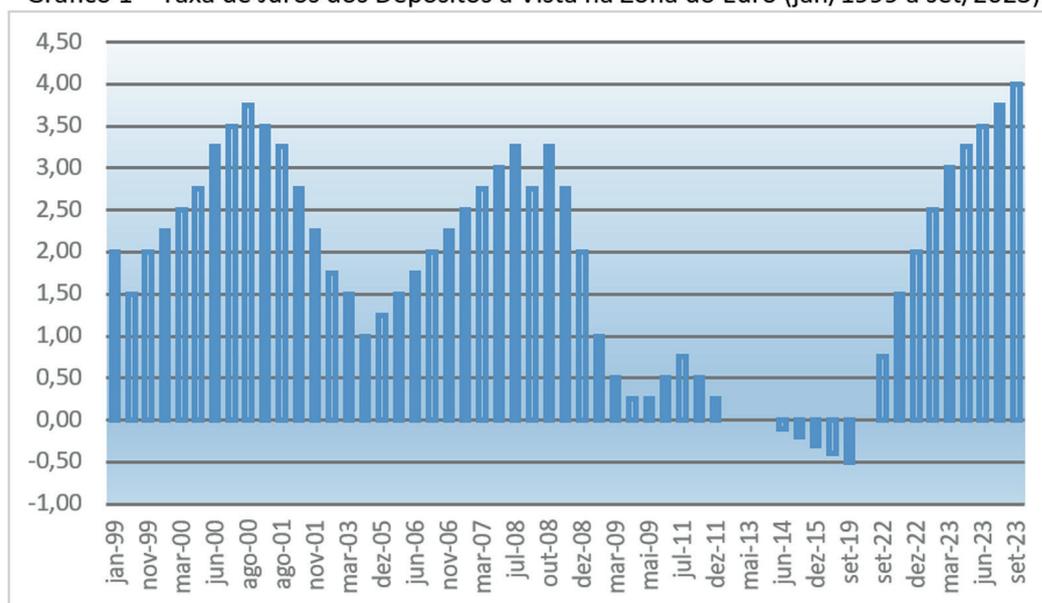
O mês de setembro foi marcado pelas reuniões dos conselhos de política monetária das principais economias do planeta (Estados Unidos, China, Zona do Euro, Inglaterra e Brasil). Nessas reuniões são decididas as ações que serão realizadas pelos bancos centrais em relação, principalmente, às suas taxas básicas de juros. Tendo como foco as metas estipuladas para inflação e crescimento do produto, os conselheiros levam em consideração dados econômicos atuais e estimativas para o futuro (da economia nacional e internacional) para formularem suas decisões.

Dentre os principais bancos centrais, o único a elevar suas taxas básicas foi o Banco Central Europeu (BCE), que decidiu aumentar em 0,25 pontos percentuais suas três taxas referenciais:

- de 3,75% para 4,00% ao ano a taxa de depósitos à vista nos bancos comerciais;
- de 4,25% para 4,50% ao ano a taxa dos depósitos dos bancos junto ao BCE;
- de 4,50% para 4,75% ao ano a taxa do crédito **overnight**⁵ aos bancos;

Esse foi o décimo aumento consecutivo realizado pelo BCE, o que levou seus juros aos níveis mais altos desde o lançamento do euro nos mercados financeiros, em janeiro de 1999 (Gráfico 1). A presidente do banco, Christine Lagard, sinalizou que novos aumentos não estão planejados, no entanto, os atuais níveis podem ser mantidos por um longo período, até que haja resposta satisfatória na inflação: “Com base na sua avaliação atual, o Conselho do BCE considera que suas taxas de juros de referência atingiram níveis que, mantidos por um período suficientemente longo, contribuirão substancialmente para o regresso da inflação à meta estipulada”.

Gráfico 1 – Taxa de Juros dos Depósitos à Vista na Zona do Euro (jan/1999 a set/2023)



Fonte: Banco Central Europeu. Elaboração Própria

⁵ Essa expressão é utilizada para se referir a negociações de títulos públicos ocorridas durante o dia, mas que passam de um dia para o outro.

A inflação acumulada nos últimos 12 meses na Inglaterra caiu de 7,9% em junho para **6,7%** em agosto e as expectativas são positivas para a redução das pressões inflacionárias no médio prazo. Segundo estimativas do Banco Central da Inglaterra (*BoE – Bank of England*), a inflação deve voltar à sua meta de longo prazo, de 2% ao ano, no primeiro semestre de 2025. Diante de expectativas otimistas e do arrefecimento do mercado de trabalho inglês, o BoE decidiu pela manutenção do nível de sua taxa básica de juros em **5,25% ao ano**.

O Banco Popular da China (*PBoC – People’s Bank of China*), banco central chinês, também decidiu manter suas taxas de juros de referência: a de vencimento em um ano em **3,45%** (utilizada como referência para os empréstimos bancários); a de vencimento em cinco anos em **4,20%** (referência para as negociações de hipotecas).

Diferente da Zona do Euro e da Inglaterra que enfrentam altos índices de inflação, bem superiores às suas respectivas metas. A economia chinesa encara um cenário de baixíssima inflação, de janeiro a agosto deste ano, quatro meses (ou seja, a metade) apresentaram deflação – como pode ser visto na **Tabela 2**.

Tabela 2 – Índice de Inflação Anual e Mensal da China (%)

Ano	Medida	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2023	Anual	2.10	1.00	0.70	0.10	0.20	0.00	-0.30	0.10				
	Mensal	0.78	-0.48	-0.29	-0.19	-0.10	-0.19	0.19	0.29				
2022	Anual	0.90	0.90	1.50	2.10	2.10	2.50	2.70	2.50	2.80	2.10	1.60	1.80
	Mensal	0.49	0.59	0.00	0.39	-0.19	0.00	0.49	-0.10	0.29	0.10	-0.19	-0.10

Fonte: Inflationtool.com

A China não possui uma meta explícita para a inflação, o principal objetivo de sua política monetária é o estímulo ao crescimento econômico. Diante de um cenário marcado por baixa inflação e com o crescimento econômico abaixo da meta de 5% ao ano anunciada pelo governo chinês, esperava-se que o PBoC reduzisse suas taxas de referência no intuito de estimular o consumo e o investimento, pois, o impacto sobre a inflação não seria um problema. No entanto, com a recente desvalorização do **yuan**⁶, uma redução dos juros aceleraria ainda mais a desvalorização da moeda chinesa, diante disso, o PBoC resolveu manter os níveis atuais de suas taxas básicas de juros.

O Federal Reserve Bank (Fed), banco central estadunidense, foi outro que, em setembro, anunciou a manutenção de sua taxa de referência entre **5,25% e 5,50% ao ano**. No entanto, o Fed indicou que deverá realizar mais um aumento de sua taxa básica ainda em 2023, além disso, frente à persistência das pressões inflacionárias, o banco fará menos cortes nos juros ao longo de 2024 do que era esperado anteriormente. As projeções indicam que, na manutenção do cenário atual, o Fed deverá realizar apenas dois cortes no próximo ano, o que deixaria os juros ainda cima dos 5% ao final de 2024. Os juros americanos devem se aproximar de sua taxa neutra (não restritiva e não expansionista), que se acredita ser de aproximadamente 2,5% ao ano, apenas em 2026. Em outras palavras, pelos próximos dois ou três anos o banco cen-

tral americano deve manter sua estratégia restritiva.

Como indicativo da política monetária restritiva adotada pelo Fed, desde 2022 o banco reduziu U\$ 815 bilhões de dólares de seu balanço através da venda de títulos de sua posse, ou seja, são U\$ 815 bilhões em moeda tirados da posse dos agentes econômicos. Os principais resultados dessa ação do Fed são a redução do preço dos títulos (por causa do aumento da quantidade ofertada deles no mercado) e o aumento dos juros (resultante da redução da quantidade de moeda disponível aos agentes). Esse movimento do Fed tem impacto nos mercados financeiros internacionais, sobretudo, no de renda fixa, uma vez que os títulos americanos são enxergados como ativos de defesa por diversos investidores ao redor do planeta.

A manutenção dos juros pelo Fed já era amplamente esperada, o motivo de apreensão dos agentes era a 'orientação futura' (forward guidance) oferecida pelo banco. Os relatórios da reunião trouxeram o anúncio de uma política monetária mais restritiva do que a esperada, resultando na queda de bolsas e índices financeiros pelo mundo todo. O posicionamento do banco é de que, na ausência de indícios mais consistentes da redução da inflação, a atual política restritiva deve se manter por um longo período, o que fica evidente na fala de seu presidente, Jerome Powell, sobre o nível dos juros: "Queremos ver evidências convincentes de que realmente atingimos o nível apropriado, e estamos vendo progresso e saudamos isso. Mas, você sabe, precisamos ver mais progresso antes de chegarmos a essa conclusão".

⁶ Quando estamos falando de preços ou custos na China, usamos o termo yuan.

Tabela 3 – Projeções para a Inflação e o Crescimento do Produto (%)

País	Crescimento do PIB			Inflação		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Brasil	2,92%	1,50%	1,90%	4,86%	3,88%	3,50%
China	5,24%	4,90%	4,60%	2,24%	1,86%	2,00%
Estados Unidos	0,90%	1,50%	2,40%	3,30%	2,60%	2,20%
Inglaterra	0,30%	0,60%	1,00%	6,10%	5,00%	2,00%
Zona do Euro	0,70%	1,00%	1,50%	5,60%	3,20%	2,10%

Fonte: BCB; FMI; CBO; BoE; BCE. Elaboração Própria.

Em outra 'super quarta' (como são chamadas, no mercado financeiro brasileiro, as quartas-feiras nas quais coincidem os anúncios das decisões da condução da política monetária no Brasil e nos Estados Unidos), o Banco Central do Brasil (BCB) anunciou a segunda redução consecutiva de 0,50 pontos percentuais na taxa SELIC, que atualmente é de 12,75% ao ano. Não obstante, a SELIC ainda esteja em um nível bastante elevado, o Brasil deixou a liderança do ranking das taxas de juros reais (taxa nominal

descontada da inflação) mais altas do mundo, que agora é ocupada pelo México.

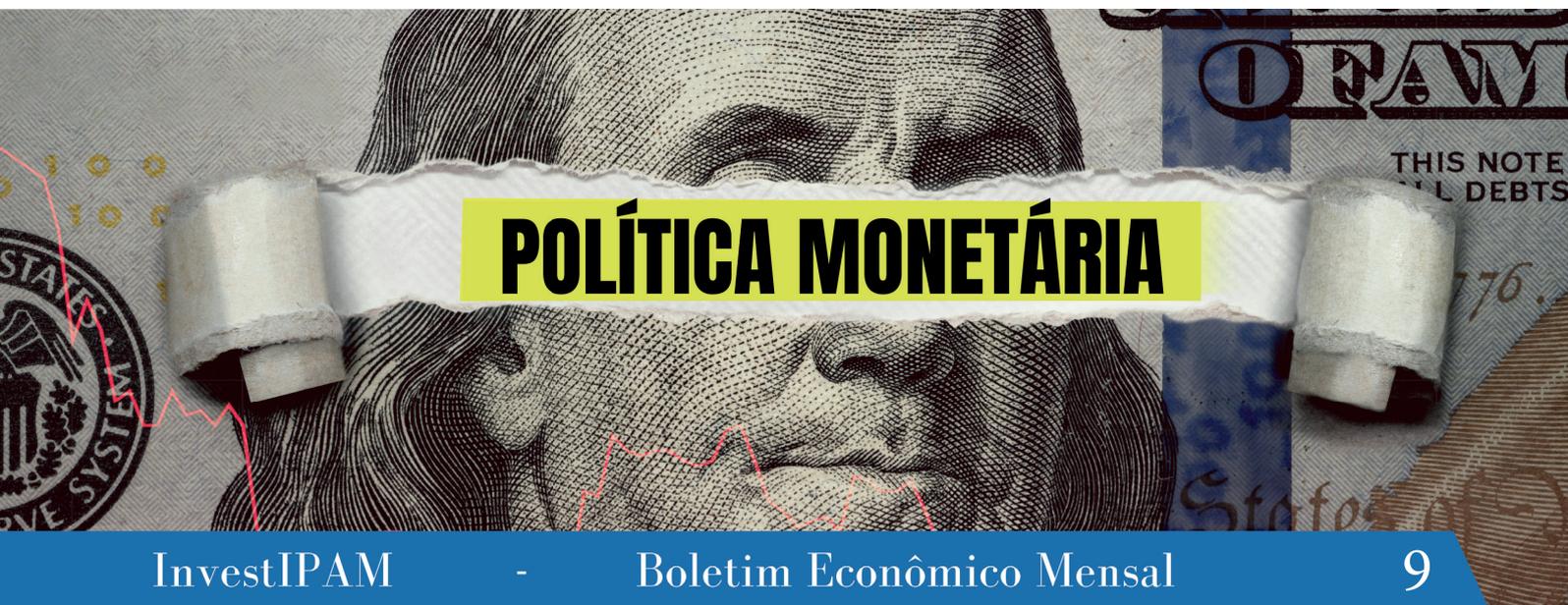
O índice de inflação oficial do Brasil, o IPCA, deve fechar o ano em aproximadamente 4,8%, ainda longe do centro da meta estipulada pelo BCB de 3,25% para 2023, todavia, próximo ao limite superior do intervalo de tolerância de que é de 4,75%. No entanto, como apresentado na Tabela 3, as projeções divulgadas pelo BCB indicam que no médio prazo a inflação está convergindo para o centro da meta. Foi baseado nesse comportamento esperado de médio prazo que o BCB decidiu por reduzir novamente a sua taxa básica de juros.

Mesmo com expectativas otimistas, há ressalvas que devem ser destacadas quanto à redução da inflação no Brasil. Primeiro, a inflação no exterior pode impactar no Brasil através do peso dos produtos importados na inflação brasileira. Segundo, a redução do diferencial de juros (a diferença entre os juros pagos no Brasil e no exterior) pode ocasionar fuga de capitais do país e, conseqüentemente, a desvalorização da moeda brasileira. Com o real desvalorizado, precisa-se de uma quantidade maior de moeda para se comprar produtos no exterior, em outras palavras, os produtos importados ficam mais caros e, como no primeiro caso, tendem a elevar a inflação no Brasil. No entanto, os relatórios da reunião do Conselho de Política Monetária (COPOM) o ritmo atual da política monetária deve ser mantido, ou seja, devem ocorrer novos cortes de 0,50 p.p. na taxa SELIC ainda em 2023.

Tabela 4 – Taxas de Básicas de Juros e as decisões dos Conselhos de Política Monetária

País	Taxa de Juros	Decisão
Brasil	12,75%	-0,50 p.p.
China	3,45%	Manutenção
Estados Unidos	5,50%	Manutenção
Inglaterra	5,25%	Manutenção
Zona do Euro	4,00%	+ 0,25 p.p.

Fonte: BCB; PBoC; Fed; BoE; BCE. Elaboração Própria.



Carteira Mensal do RPPS do Município de São Luís

Panorama e Resultados do Mês de Setembro

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) têm suas atividades regulamentadas por diversas resoluções e decretos de órgãos oficiais, tais como, o Ministério da Previdência Social (MPS), o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil.

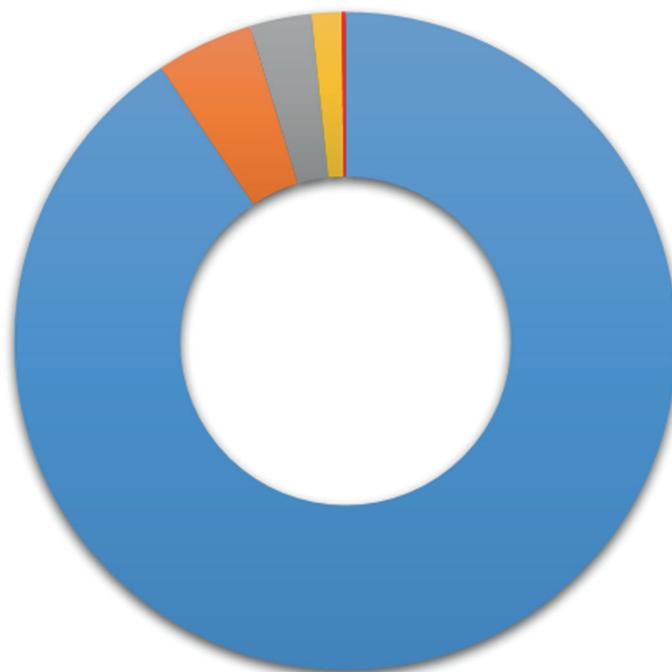
Dentre tais regulamentações, está a Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos RPPS instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Em seu artigo 2º, a CMN nº 4.963/2021 estabelece os segmentos nos quais os recursos dos RPPS podem ser alocados, são eles: I – renda fixa; II – renda variável; III – investimentos no exterior; IV – investimentos estruturados; V – fundos imobiliários; VI – empréstimos consignados.

De acordo com o proposto pela Resolução CMN nº 4.963/2021, a carteira do IPAM São Luís, ao final do mês de setembro, está composta como apresentado na **Tabela 4 e no Gráfico 2**.

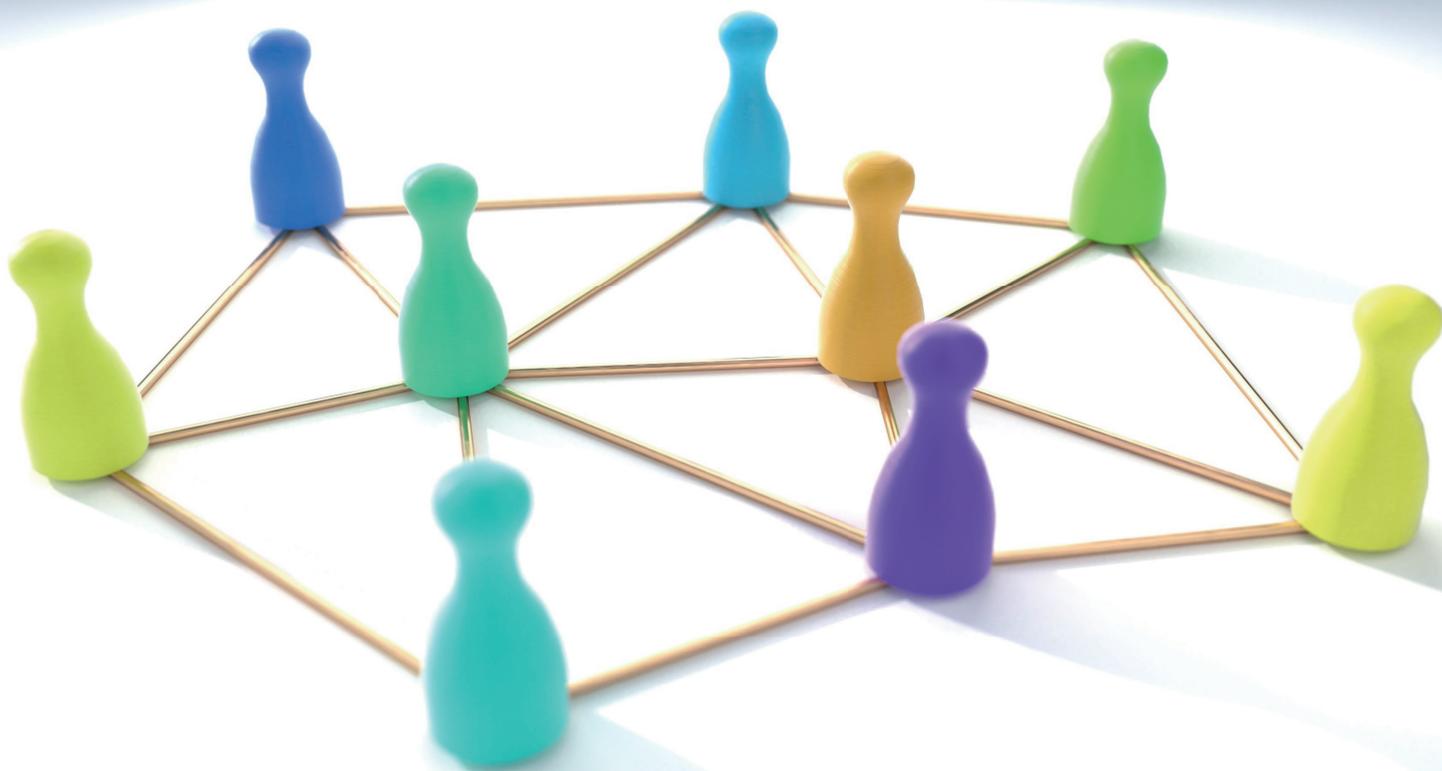
Tabela 5 – Divisão por Segmento da Carteira do IPAM São Luís

SEGMENTO	% CARTEIRA
RENDA FIXA	90,60%
RENDA VARIÁVEL	4,74%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	3,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,48%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	0,18%
TOTAL	100,00%

Gráfico 2 - Divisão por Segmento da Carteira do IPAM São Luís



- RENDA FIXA
- RENDA VARIÁVEL
- INVESTIMENTO NO EXTERIOR
- INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS
- FUNDOS IMOBILIÁRIOS



Dicas Previdenciárias

ACÚMULO DE BENEFÍCIOS

É possível acumular benefícios previdenciários?

Sim, a Constituição Federal de 1988 determina quais são as acumulações permitidas em relação aos benefícios previdenciários.

Quais são as acumulações permitidas?

- A pensão por morte de um regime previdenciário + a pensão por morte de outro regime previdenciário;
- A pensão por morte de um regime previdenciário + aposentadoria OU proventos de inatividade;
- A pensão por morte do SPSM (Sistema de Proteção Social Militar) + aposentadoria de regimes previdenciários.

Há impacto nas acumulações com a Emenda Constitucional 103/2019?

Sim, o art. 24 da EC 103/2019 possui eficácia plena e passou a vigorar a partir da data de sua publicação e possui novas regras sobre acumulação, como a aplicação dos índices de proporcionalidade no valor dos benefícios a serem recebidos no caso de cumulação com demais prestações previdenciárias.

O que disciplina a Constituição sobre acúmulo?

Importa destacar o art. 37, XVI da Constituição Federal de 1988, que termina ser vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários. Assim, são permitidas as acumulações seguintes, desde que haja compatibilidade de horários:

- dois cargos de professor;
- um cargo de professor + cargo técnico ou científico;
- dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde + profissões regulamentadas.

Quais são as acumulações proibidas?

Ressalvados os cargos acumuláveis na forma do art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988, são proibidas as acumulações de:

- Proventos de aposentadoria + remuneração
- Mais de uma aposentadoria pelo RPPS;
- Mais de uma pensão pelo mesmo regime.

É proibido o recebimento de mais de uma pensão pelo mesmo regime?

Sim, é vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no mesmo regime de previdência, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

Em caso de acúmulo permitido, há o recebimento dos valores integrais?

Não, a partir da entrada em vigor da EC 103/2019, nos casos de acúmulo permitido, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as faixas determinadas pelos incisos do § 2º, do art. 24 da EC 103/2019. Deste modo, as restrições do referido artigo não se aplicam se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.

Quais as faixas determinadas pelos incisos do §2º, do art. 24 da EC 103/2019?

Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, do art. 24, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

Percentual por faixas de valores de salários mínimos (sm)	
até 1 sm	100%
Maior que 1 sm e até 2 sm	60%
Maior que 2 sm e até 3 sm	40%
Maior que 3 sm e até 4 sm	20%
Maior que 4 sm	10%

Em caso de acúmulo proibido, é possível solicitar a renúncia do benefício perante o IPAM?

Sim, havendo acúmulo proibido de benefícios, o servidor deverá solicitar a renúncia do benefício a fim de regularizar sua situação.



EXPEDIENTE

Eduardo Salim Braide
Prefeito de São Luís

Emílio Carlos Murad
Secretário de Governo

Manuella Oliveira Fernandes
Presidente IPAM

Maria do Socorro C. dos Santos
Assessora Especial

Assessoria de Investimentos IPAM
Ana Maria Ribeiro
Flávia Carneiro
Thiago Antonioli

CONSELHO FISCAL

Sérgio Motta
Controladoria Geral do Município - CGM

Manuela Veiga Dias Rocha
Servidores Ativos e Inativos do Poder Executivo

Cícero Paulino Macedo Neto
Câmara Municipal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Raissa Suellen Oliveira Lima
Secretaria de Municipal de Administração - SEMAD

José de Jesus do Rosário Azzolini
Secretaria Municipal da Fazenda - SEMFAZ

Marcelo Duailibe Costa
Servidores Ativos

Cristóvam de Lima Araújo
Servidores Inativos ou Pensionistas

Tiago de Paiva T. Custodio
Poder Legislativo Municipal



investimento.ipam@gmail.com